
O NOVO COLONIALISMO ENERGÉTICO E AS ANTIGAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DA CANA-DE-AÇÚCAR SOB A ÓPTICA CAIOPRADIANA

COLONIALISM NEW ENERGY AND OLD LABOUR RELATIONS: AN ANALYSIS OF CONTEMPORARY BRAZILIAN INDUSTRY OF CANE SUGAR IN THE OPTICAL CAIOPRADIANA

Cláudia Maria Bernava Aguillar¹
Maria Alda Barbosa Cabreira²

RESUMO: A construção histórica do espaço é um processo dialético, de contradições entre o dominado e o dominador, e perpassa as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, em que o presente retoma o passado para uma análise. Pensar o Brasil contemporâneo, através dos estudos caiopradianos é o objetivo deste trabalho. Para tanto, busca-se na análise do espaço da lavoura da cana-de-açúcar elementos para compreender as relações de trabalho de ontem (engenho) presente hoje (usina). Os estudos de Caio Prado Jr. ajudam a “sentir o Brasil”, revelando as mudanças e permanências no desenvolvimento da sociedade brasileira. Desta forma, este trabalho ressalta o novo colonialismo energético e as antigas relações de trabalho presentes nos canaviais do País.

Palavras-chave: Relações de trabalho; Cana-de-açúcar; Análise Caiopradiana; Etanol; Dialética.

ABSTRACT: The historical construction of the space is a dialectical process, contradictions between the dominated and the dominator, and permeates the social dimensions, political, economic and cultural rights, on which the present upswing the past for an analysis. To think about the contemporary Brazil, through the “caiopradianos” studies is the goal of this search. Although, in the search space analysis of the plantation of sugarcane elements to understand labour relations from yesterday (contrivance) this today (power plant). Studies of Caio Prado Jr. help “feel the Brazil”, revealing the changes and stays in the development of Brazilian society. Anyway, this search underscores the new energy colonialism and old working relationships present in sugar plantations in the country.

Key words: Employment Relationships; Cane Sugar; Caiopradiana Analysis; Ethanol; Dialectic.

Introdução

O Brasil viveu no curso de toda sua história, e ainda vive em função das flutuações de mercados longínquos que podem fazer a sua fortuna ou miséria, sem que ele nada possa dizer na matéria. Somos obrigados a sofrer passivamente as vicissitudes de uma conjuntura completamente estranha (PRADO Jr., 1954).

Entender o processo de coerção extra-econômico, presente nos diversos períodos da História do Brasil, principalmente no tocante à distribuição desigual de terras, da grande lavoura para exportação (cana-de-açúcar) e da escravidão, analisado por Caio Prado Jr. (1960), contribui para reflexão da atual situação de dependência, constrangimento e exploração do trabalho, enquanto características de dominação, encontrada nos canaviais brasileiros, no momento em que a cana-de-açúcar agrega outra função, a de tornar-se a energia vegetal valorizada por muitos países.

¹ Mestre em História e Sociedade (UNESP/Assis); Bacharel em Ciências Sociais (UNESP/Marília). Professora na categoria Associado na Faculdade de Tecnologia de Garça - FATEC. E-mail: claudiabernava@ig.com.br

² Mestre em Educação (UNESP/Marília); Bacharel em Ciências Sociais (UNESP/Marília). Professora na categoria Associado na Faculdade de Tecnologia de Garça - FATEC. E-mail: mabcabreira@yahoo.com.br

Como diz Santos (1989),

A obra de Caio Prado Júnior é uma obra atual, fundamental para ajudar a interpretar o presente. Ora, a geografia pretende ser não apenas aquilo indicado por Kant, isto é, o passado no presente, contrapondo duas visões do tempo. A geografia é uma tentativa de interpretação de uma situação, e uma situação inclui as suas heranças, através da materialidade e da iconografia, por intermédio do jogo dialético entre o que deixou de ser e o que quer ser. Isto é que é o presente [...].

Assim, estudar o novo colonialismo energético e as antigas relações de trabalho no Brasil através dos estudos caiopradianos é se valer de interpretações dialéticas da sociedade brasileira, ou seja, lidar com as relações e estruturas que constituem a vida contemporânea. É trabalhar, assim, com as configurações sociais, políticas, econômicas e culturais, conforme a época e lugar, evidenciando as modificações e as permanências das relações e estruturas ao longo do tempo, pois Caio Prado Jr. ao interpretar dialeticamente a História do Brasil descobre as principais configurações históricas da vida brasileira, destacando os fatos gerais e singulares que adquirem vida e movimento (IANNI, 1989).

A pertinência da situação colocada se fundamenta na necessidade de uma análise sobre a impossibilidade do Brasil se desenvolver nos aspectos social, político, econômico e cultural, por estar comprometido com as estruturas de tempos históricos, herança da distribuição desigual de terras, da grande lavoura para exportação e da escravidão, provocando uma evolução truncada, amarrada ao velho modo de vida do passado.

A análise desta herança é importante na medida em que possibilita novas formas de entender os acontecimentos atuais, revelando que as relações de trabalho estabelecidas nos grandes canaviais brasileiros são práticas novas, mas com valores antigos, como por exemplo, a situação de dependência estabelecida entre o cortador de cana e o proprietário da grande lavoura ou entre os trabalhadores e a figura do “gato”. A aceitação das formas de opressão e a exploração, impostas pelo mando dos grandes proprietários, revelam uma coerção extra-econômica, presente ao longo da história do Brasil.

O Brasil do Etanol da Cana-de-açúcar: algo “novo” em História “velha”?

A ocupação e organização de um lugar acontecem, inicialmente, pelo tipo de atividade econômica implantada e desenvolvida. Assim, a formação do espaço, da política, da economia e da vida social tem sua especificidade, que explica a lógica interna do lugar, pois o modo de produção se impõe como hegemônico, ditando as formas dos homens se relacionarem e se apropriarem da natureza e também entre si. A maneira como uma sociedade produz

seus meios de vida determinará a sua organização política, econômica, sua ideologia, enfim, todos os aspectos da vida social. Como diz Karl Marx (1996)

Cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo etc. A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar, senão fortuitamente, uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão, elementos que se acham unidos organicamente. (MARX, 1996, p. 29)

No Brasil, pode-se dizer que a grande lavoura determinou o modo de produzir, pensar, agir e ser do país. A História do Brasil pode ser contada através da História da agricultura para abastecer o comércio exterior, pois ambas se confundem. A economia desenvolvida no Brasil Colônia, que para Caio Prado Jr. tinha o “sentido” de fornecer ao comércio europeu gêneros tropicais, entre eles o “ouro branco”, isto é, o açúcar, foi construída na “grande propriedade monocultural trabalhada por escravos”.

A cultura da cana somente se prestava, economicamente, à grande plantação. Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir. (PRADO JR., 2004, p. 33).

Esta edificação, ou seja, a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo, foi articulada por Caio Prado Jr. por meio da noção do “Sentido da Colonização”. Este sentido marcou a evolução, a formação do povo brasileiro, pois a “era dos descobrimentos”, do desdobramento da expansão comercial europeia, deu ao Brasil o sentido de fornecedor de gêneros de grande relevância para a Metrópole.

Aquele “sentido” é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...]. A nossa economia se subordinará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é, aliás, de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (PRADO JR., 2000, p. 117).

Ao longo de toda a historiografia caiopradiana o “Sentido da Colonização” prevalecerá. O Brasil-Colônia, Império e República serão analisados por este traço. Ele não se limitará apenas à análise da vida econômica.

Através deste “sentido”, Caio Prado Jr. compreenderá a vida social, econômica e cultural do Brasil. Os fatos gerais e singulares da formação do país vão adquirindo vida e movimento, procurando explicar como se forma e se modifica a nação brasileira através dos séculos de trabalho escravo e economia exportadora (IANNI, 1989).

Em seu trabalho, Formação do Brasil Contemporâneo (PRADO Jr, 2000), ressalta que a economia colonial brasileira para atender o “sentido da colonização” foi construída por ciclos, ou seja, uma evolução cíclica para abastecer os mercados externos: primeiro foi fornecedor de açúcar e tabaco; mais tarde de ouro e diamantes; depois de algodão e em seguida de café. Toda vida da colônia foi organizada para atender este fim. Esta evolução cíclica levou o Brasil ao progresso e ao aniquilamento da maioria de suas áreas povoadas e exploradas.

Percebe-se, assim, que a produção de cana-de-açúcar iniciou a lógica deste caráter da economia brasileira. Toda a estrutura montada para administrar os engenhos objetivou atender aos interesses do comércio internacional e se constituiu na essência da construção do país. Na capitania hereditária de Pernambuco, local onde a cana fez morada durante os três primeiros séculos de Brasil, a cultura de produção canavieira se consolidou e foi reproduzida em outros locais, em outras produções e períodos, atendendo à lógica cíclica construída.

A cana-de-açúcar foi, assim, moldando a cara do país. Além de fincar raízes profundas na Zona da Mata nordestina, ela ditou a forma de organizar a mineração e os cafezais; a política e a educação; a cultura e a ideologia brasileira. Marchou no final do século XIX em direção ao Centro-Sul do Brasil. Em São Paulo, a marcha canavieira passou por Campinas modificando os campos que antes abrigavam pastos, algodão e café. Esta marcha seguiu em direção a área de Ribeirão Preto (atual centro canavieiro nacional). Na década de 1970, com o Proálcool, voltou com força para conquistar a independência energética do país. O programa Proálcool foi apoiado em uma forte intervenção do Estado no setor.

Por lei eram definidos preços, políticas de produção, as áreas e até quem deveria produzir. Tudo isso mediante o fornecimento de subsídios para a produção maciça de álcool. Em troca, o governo militar incentivou a grilagem de terras para o cultivo de cana e fez vista grossa em relação à violação de direitos trabalhistas (RODRIGUES, 2011, p. 36).

Neste início do século XXI, com o fortalecimento da política neoliberal o álcool apresenta-se como ingrediente fundamental para a economia brasileira, e a iniciativa privada liberada para investir e desenvolver o setor.

Portanto, as plantações canavieiras fundaram cidades, implantaram uma lucrativa indústria açucareira, criaram relações em torno de si, desenvolveram a tecnologia do engenho e da automação. É desta repetição no tempo e no espaço de empresas de maior ou menor sucesso que

se formou e sempre funcionou a economia brasileira que teve e ainda tem como característica fundamental:

[...] de um lado, na sua estrutura, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no funcionamento, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua evolução, e como consequência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço dos recursos naturais do país (PRADO JR., 2000, p. 127).

Relendo os trabalhos deste historiador, percebe-se que este “Sentido da Colonização” que organizou o espaço brasileiro, é fundamental para caracterizar o Brasil contemporâneo, revelando como o presente se articula com o passado, pois desvenda as peculiaridades do Brasil Colônia e pontua como o capitalismo nasce e se desenvolve no chão brasileiro, estruturando sua formação.

Assim, as características fundamentais da economia brasileira, levantadas por Caio Prado Jr., descrevem, também, o Brasil do etanol da cana-de-açúcar. Desta forma, parece que o passado se projeta no tempo e no espaço do presente.

Hoje, com a busca de alternativas para sanar a crise energética mundial, a cana-de-açúcar reaparece com força, pois o álcool é apontado como a principal alternativa viável para esta crise e para o desenvolvimento do país, já que o Brasil é o segundo produtor de etanol do mundo. Havendo, portanto, a busca pela inserção do açúcar e o álcool como *commodities* internacional. Entretanto, as questões socioeconômicas do Brasil continuam, pois as bases de produção destes produtos continuam com as grandes propriedades monocultoras, sustentadas pelo trabalho de migrantes que são “vendidos” por intermediários que selecionam a mão-de-obra das usinas (semi-escravidão). Desta forma, estas produções geram problemas socioambientais, saúde, concentração de riquezas e poder político.

Portanto, a cultura da cana-de-açúcar que, historicamente, estruturou a formação do Brasil, passa a ser destaque no momento em que as discussões acontecem em torno do aquecimento global. O Brasil vive, assim, uma nova expansão sucroalcooleira. As grandes empresas agrícolas vêem no etanol uma fonte importante de acumulação de capital e partem para uma corrida de ampliação de unidades e construção de novas usinas. O “novo ouro-branco”, através do álcool combustível passa a ter um papel importante no Brasil e no mundo.

Surge agora no horizonte o novo colonialismo energético da biomassa vegetal. De especiaria e sobremesa para adoçar o paladar europeu,

a milagrosa cana-de-açúcar, com o álcool-combustível dela extraído, tornar-se-á a energia vegetal, com imensas *plantations* agrícolas multinacionais, imprescindíveis à reprodução social e econômica dos países localizados nas zonas frias e temperadas da terra, os países do chamado Primeiro Mundo que têm exercido o domínio econômico e político nos últimos séculos (VASCONCELLOS, 2007, p. 34).

Neste contexto, percebe-se que a casa-grande, o engenho e a senzala ainda sobrevivem. Ganham uma roupagem mais “nobre”, mas há a conservação de importantes elementos que mantêm a ordem da estrutura construída no passado. Além da grande propriedade (agora também nas mãos de empresas multinacionais), da monocultura (cana-de-açúcar para extração de álcool combustível) há, também, a conservação dos traços servis nas relações de trabalho marcados pelas jornadas de até 12 horas para produzir 12 toneladas de cana/dia. Segundo Alves (2006),

Um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia:

- Caminha 8.800 metros.
- Despende 133.332 golpes de podão.
- Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros.
- Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana.
- Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelidas pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. (ALVES, 2006, p. 96),

Assim como Alves (2006), Silva (2008) ressalta que as mortes em virtude das péssimas condições de trabalho no “mar de cana” são constantes na Região de Ribeirão Preto/SP.

De 2004 a 2007, a Pastoral do Migrante registrou 21 mortes, ocorridas supostamente em função do desgaste excessivo da força de trabalho. Segundo depoimentos de médicos, a perda de potássio provocada pela sudorese pode conduzir à parada cardiorrespiratória. Outros casos se referem a aneurismas, o rompimento de veias cerebrais. Em alguns lugares, os trabalhadores denominam por ‘birola’ a morte provocada pelo excesso de esforço no trabalho. (SILVA, 2008, p.04)

Portanto, percebe-se que nem mesmo as mudanças que aconteceram no mundo resultando na sociedade do

século XXI, conseguiram modificar os aspectos da sociedade brasileira nascidos com a estrutura colonial. O latifúndio, a monocultura para exportação e a utilização de mão-de-obra barata e o comprometimento da saúde mental e física dos trabalhadores dos canaviais vigoram até hoje.

Enquanto o setor sucro-alcooleiro permanecer com essa dicotomia interna – de um lado, utiliza o que há de mais moderno em termos tecnológicos e organizacionais, uma tecnologia típica do século XXI (tratores e máquinas agrícolas de última geração, agricultura de precisão, controlada por geoprocessamento via satélite etc.), de outro lado, mantém relações de trabalho, já combatidas e banidas do mundo desde o século XVIII –, trabalhadores continuarão morrendo (ALVES, 2006, p. 97).

Pode-se assim dizer, que o país “evoluiu” comprometido com as estruturas construídas historicamente. A modernização do Brasil se deu, portanto, citando Lênin (1980), segundo uma via “não clássica” para o capitalismo onde a velha propriedade rural se torna empresa agrária capitalista, mantendo além do latifúndio alguns traços coloniais nas relações de trabalho. Há, assim, uma complexa articulação de “progresso” e conservação, isto é, de adaptação ao capitalismo e permanência de importantes elementos da antiga ordem (COUTINHO, 1989).

Os elementos do velho modo de vida se conservam no novo modo de ser, resultando em problemas de ordem social, política, econômica e cultural. Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira* (1966), mostra que entre as consequências, existem inúmeras formas de coerção extra-econômica sobre o trabalhador rural.

É certo que os proprietários rurais empregam eventualmente no Brasil processos e expedientes de natureza não-econômica, e sim de subordinação pessoal na exploração de seus empregados, como sejam a retenção por dívidas, o pagamento em vales somente descontáveis no chamado “barracão” onde os preços são frequentemente superiores aos do comércio regular; e assim outros processos (inclusive até de sanções e punições corporais) que emprestam as relações de empregador a empregado nítida cores de submissão pessoal e, portanto, estranhas ao capitalismo, que se apóia essencialmente na liberdade jurídica do trabalhador. (PRADO JR, 1966, p.162)

Assim, no momento em que um novo colonialismo energético ganha corpo, algumas perguntas afloram: houve modificações nas relações de trabalho ou o modelo antigo ainda permanece? A coerção extra-econômica analisada por Caio Prado Jr. na década de 1960 ainda existe? Por que estes trabalhadores suportam

esta coerção e situação de dependência? A modalidade de via “não-clássica” para o capitalismo conserva, ainda hoje, o poder político, econômico e cultural dos grandes proprietários rurais, isto é, dos usineiros? Como os trabalhadores reagem a esta situação vigente?

Levanta-se a tese da mudança e permanência, ou seja, (re)produção da antiga estrutura colonial determinada pela burguesia brasileira e pelo capitalismo no Brasil. O novo expressa uma série de valores típicos do velho mundo colonial que se pensava extintos. Entre eles aparece a conservação do poder em todas as esferas: social, político, econômico e cultural dos grandes proprietários de terras, a antiga situação de dependência estabelecida entre empregado rural e empregador, ou seja, a permanência de antigas relações de trabalho em um mundo permeado de mudanças, onde há a produção do “novo”.

Um exemplo claro desta situação, é o cenário dos grandes canaviais paulistas citado. Neste espaço, homens e mulheres são comercializados por intermediários e cooptados pelos “gatos”, espécie de empreiteiros que selecionam a mão-de-obra para as usinas. São trazidos de várias regiões do Brasil para trabalharem nos canaviais e se abrigam em alojamentos pequenos, escuros e sujos. O pouso nestas “senzalas” modernas e a comida são descontados do salário mensal. Além disso, para cada cortador trazido para a usina, que produz 12 toneladas/dia, o “gato” recebe uma porcentagem como pagamento pelo trabalho conseguido.

Em estudo recente feito pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, através de inspeções coordenadas pela Vigilância Sanitária Estadual, as precariedades das condições de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar do Estado são ressaltadas:

[...] a cana-de-açúcar é cortada manualmente na grande maioria das lavouras. O trabalho é repetitivo e exaustivo. A cada um minuto trabalhado são feitas 17 flexões de tronco pelo cortador, aplicados 54 golpes de facão, o joelho fica todo o tempo semiflexionado e há extensão da cervical.

Não há sombra nos canaviais e o cortador não se hidrata adequadamente. Por dia, são cortadas e carregadas em média 12 toneladas de cana e percorrido um percurso de quase nove quilômetros. No final de um dia de trabalho, o cortador perdeu oito litros de água.

[...] Quanto à alimentação, os trabalhadores também não têm local adequado para realizarem refeições e nem local apropriado para acondicionar a refeição. Enquanto trabalham, os cortadores carregam consigo suas marmitas. Muitas vezes, o alimento fermenta ou azeda. Porém, como o trabalho consome muita energia, eles acabam consumindo a comida mesmo que esteja estragada. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Percebe-se assim, que a análise caiopradiana sobre a coerção extra-econômica presente na história brasileira é uma realidade nos canaviais do Brasil contemporâneo, onde é exercido controle muito forte sobre os trabalhadores, por meio de um poder ideológico que disciplina as relações sociais e de trabalho. Pode-se dizer que a dependência é visível no “mar de cana” brasileiro, pois os trabalhadores foram criados sob a submissão em uma sociedade capitalista que universaliza seus pensamentos segundo o interesse da classe dominante. Como diz Caio Prado Jr. (1966),

Essa estrutura econômica [...] é predominantemente a grande exploração agrária que o trabalhador se inclui como elemento subordinado e na qualidade de “empregado”: escravo no passado, livre ou semilivre em seguida, mas sempre como simples parte de um todo orgânico que é aquela unidade produtora da grande exploração. A grande exploração é uma organização inteira cuja base territorial é ampla não por força unicamente de privilégios jurídicos do titular e proprietário, e sim também, sobretudo, por efeito da própria estrutura econômica da produção. (PRADO JR., 1966, p. 222-223),

Desta situação de subordinado decorre que os trabalhadores não conseguem se dirigir contra a grande exploração. Esta situação, que se arrasta através de gerações sucessivas, revela que modificar o “*estatuto econômico, isto é, passar de trabalhador entrosado num conjunto orgânico, que é a grande exploração*” (PRADO JR., 1966, p. 223), para produtor autônomo é uma tarefa difícil, pois modificar a realidade exigiria transformações importantes na estrutura de produção e nas relações e métodos de trabalho. O trabalhador é uma “simples parte” dessa estrutura onde a grande exploração dita normas, regras, um modo de ser, pensar e agir. Cabe ao trabalhador, apenas o trabalho árduo e relações de trabalho que os reduzem “às miseráveis condições materiais, culturais e sociais que são as suas” (PRADO JR., 1966, p. 227).

Esta realidade de dependência demonstra que a sociedade de trabalhadores rurais que se formou no país não domina a estrutura produtiva, pelo contrário, é dominada por ela. Como nasceu e se desenvolveu para satisfazer os interesses do mercado externo foi constituída por uma grande parcela de trabalhadores com apenas uma função na esfera produtiva: atender as necessidades de ampliação/reprodução do capital, ou seja, obtenção de maiores lucros. Desta forma, estes trabalhadores não tiveram bases para agir na luta por uma situação melhor. Pelo contrário, vivendo sob a ideologia do “mando”, incorporaram um modo de vida de obediência, ditado por uma classe que domina e procura manter seus privilégios “conquistados” ao longo da História.

Como diz PRADO JR (1966, p. 252), “as formas coloniais da economia brasileira, herdadas de sua origem e formação históricas, embora modificadas e atenuadas

nos seus efeitos [...], ainda se mantêm e encontram condições favoráveis à sua perpetuação". Percebe-se, portanto, que há uma conservação, uma (re) produção do velho, neste Brasil do novo colonialismo energético com modificações em algumas relações, ou seja, algo "novo" em História "velha".

Considerações Finais

O novo colonialismo energético, expressa valores típicos do velho mundo colonial (coerção e dominação nas relações de trabalho). Este movimento dialético da sociedade brasileira, isto é, o moderno expressando valores antigos, o novo e o velho caminhando juntos, requer uma análise ontológica onde o homem aparece como o responsável por sua história, ou seja, por sua própria essência e, cada momento histórico é trabalhado como único, mas portador de todas as determinações do passado que condicionaram sua existência (LUKÁCS, 1979).

Sabe-se que o que determina o desenvolvimento do homem enquanto ser são as relações sociais que ele constrói. Assim, percebe-se os canaviais como o local onde as relações sociais ganham corpo, pois o trabalhador rural se desenvolve enquanto homem através das relações estabelecidas com seus companheiros de trabalho, com os fiscais, com o "gato", entre outros.

O trabalho nos canaviais, portanto transforma o indivíduo e a sociedade. As modificações que permeiam este espaço social possibilitam que o trabalhador rural acumule conhecimentos e habilidades que não possuía antes. Consequentemente, a sociedade que usa novas tecnologias para transformar o espaço já não é mais a mesma. Este processo cria novas situações históricas onde os indivíduos são forçados a darem novas respostas a novas necessidades. A história, portanto, não se repete. Há a permanências de valores do passado que determinam o ser do futuro, mas a reprodução social é sempre a produção do novo.

O homem dos canaviais brasileiros não são os mesmos do tempo do Brasil Colônia, Império e República analisados por Caio Prado Jr. O movimento da história criou novos personagens, novos cenários e novos enredos. As transformações do lugar acontecem através do processo de reprodução social e requer, assim, uma análise das determinações que o transforma. Desta forma, pensar o Brasil através do novo colonialismo energético e as antigas relações de trabalho no meio rural resulta em análises de um país que pensa o futuro voltando-se para o passado. Esta realidade necessita de estudos que ressaltem as determinações deste dualismo na sociedade brasileira: o arcaico e moderno caminhando juntos na história do lugar. Necessita-se, então, compreender as relações sociais no espaço canavieiro; o canavial no Brasil industrializado; o Brasil do século XXI no mundo globalizado.

Referências

- ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** Revista Saúde e Sociedade. V.15, n.3, p. 90-98, set.-dez. 2006.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Uma via "não clássica" para o capitalismo*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: UNESP, 1989.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Secretaria da Saúde. Saúde vai criar normas para melhorar condições de trabalho em canaviais de SP (Jan. 2011). Disponível em:** <<http://www.saude.sp.gov.br/ses/noticias/2011/janeiro/saude-vai-criar-normas-para-melhorar-condicoes-de-trabalho-em-canaviais-de-sp>>. Acesso em: 16 set. 2011.
- IANNI, Octávio. *A dialética da história*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: UNESP, 1989.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O programa agrário da social democracia**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- LESSA, Sérgio. **Lukács e a ontologia: uma introdução**. Revista do Instituto de estudos Socialistas. São Paulo, Outubro/ 2001, nº. 05.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social. Os Princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da economia política**. In: **MARX**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- PRADO Jr., Caio. **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. São Paulo: Urupês, 1954.
- _____. **A Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. **Formação contemporânea do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- RODRIGUES, Roney. Os Contrates da indústria da cana. Revista Caros Amigos, São Paulo, ano XIV, n. 168, março/2011-. Mensal. ISSN 1414-22IX.
- SANTOS, Milton. *Renovando o pensamento geográfico*. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: UNESP, 1989.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Mortes e acidentes nas profundezas do "mar de cana" e dos laranjais paulistas**. Revista Interfacehs (2008). Disponível em: <<http://www.interfacehs.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/112/129>>. Acesso em: 16 set. 2011.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Latifúndio no Brasil, o objetivo de Bush**. Revista Caros Amigos, São Paulo, ano 10, n. 120, março/2007-. Mensal. ISSN 1414-22IX.